

EDITAL

PREÂMBULO: PREGÃO PRESENCIAL № 060/18

PROCESSO № 203/18

PROCESSO DE LICITAÇÃO № 082/18

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

<u>SETOR</u>: Estação de Tratamento de Esgoto - ETE

MODALIDADE: Pregão

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço global

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:

Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição Rua Ver. Juvenal Leme Mourão, 770, Centro, Sta. Cruz Conceição.

Até o dia 11/12/ 2018 às 9 horas;

Tendo início a sessão às 9:10 horas.

Esta licitação será regida pela Lei Federal nº 8.666/93, com redação nova dada pela Lei Federal nº 8.883/94 e demais legislações vigentes e pela Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

I - DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para o desenvolvimento e instalação de softwares para a Estação de Tratamento de Esgoto do Município de Santa Cruz da Conceição, para execução do Contrato FEHIDRO nº 168/2018, conforme Termo de Referência que faz parte integrante do presente edital.

II - DA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Somente poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte do ramo pertinente ao objeto deste certame e que atenderem às exigências atribuídas no



presente edital. (Art 48 da Lei Complementar n° 123/2006, alterada pela Lei Complementar n° 147 de 07 de agosto de 2014).

III - DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 Para o credenciamento deverá ser apresentada, tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.
 - 3.1.1 Será admitido apenas **1 (um)** representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.
- **3.2.** O representante legal ou procurador deverá identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.
- **3.3** Sendo o representante sócio ou dirigente da empresa licitante, bem como procurador, deverá apresentar cópia autenticada do respectivo ato constitutivo ou documento no qual estejam expressos os seus poderes.
- **3.4** Deverá ser apresentada fora dos envelopes A e B a declaração informando o pleno atendimento aos requisitos de credenciamento em papel timbrado da empresa, conforme modelo do Anexo II.
- 3.5 Declaração (Anexo III), na qual a empresa licitante, sob as penas da Lei, declare que cumpre os requisitos legais para qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, se for o caso.
- 3.6 As licitantes, nos termos da LC 123/2006, deverão comprovar essa condição mediante apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, conforme artigo 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro de Comércio, de 30/04/2007, emitida em até 30 (trinta) dias antes da data de abertura do presente certame, certidão essa que de deverá ser encaminhada ao Pregoeiro juntamente com os demais documentos no credenciamento, se for o caso.
- 3.7 A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará na sua imediata exclusão, sendo que será considerada licitante sem representante, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

IV - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

4.1 O atraso injustificado deste contrato sem prejuízo no disposto no § 1º do artigo 86 da Lei 8.666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, sujeitará à Contratada à



multa de mora sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:

I - multa de 10 % até o 30º dia de atraso;

II - multa de 15 % a partir do 31º dia de atraso até o 45º dia de atraso;

- III multa de 20~% a partir do 46° dia de atraso restando caracterizada a inexecução total ou parcial da obrigação assumida.
- **4.2** As sanções aplicadas poderão ser descontadas diretamente do respectivo pagamento devido ao contratado.
- **4.3** A quitação de qualquer sanção imposta pela administração à contratada não a exime de outras reparações por eventuais danos, e/ou prejuízos que seu ato venha acarretar e nem de penalidades subseqüentes.
- **4.4** Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Estado de São Paulo pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, c.c. o artigo 15 da Resolução CEGP-10 de 19 de novembro de 2002.

V – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1 - A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 2 (dois) envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope A - Proposta	Envelope B - Habilitação
Pregão nº 060/2018	Pregão nº 060/2018
Processo Licitatório nº 082/2018	Processo Licitatório nº 082/2018
Processo nº 203/2018	Processo nº 203/2018
Licitante:	Licitante:

- **5.2** A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas seqüencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.
- **5.3** Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou por servidor responsável da Prefeitura Municipal, sendo que não serão realizadas autenticações do dia do certame, mas sim até um dia útil antes de sua abertura.



- **5.4** Poderá ainda, para agilização dos trabalhos na sessão do Pregão, as licitantes apresentarem a proposta comercial de maneira eletrônica, conforme abaixo especificado:
 - a. Deverá ser solicitado ao Setor de Licitações, através do email <u>licitação@santacruzdaconceicao.sp.gov.br</u> o envio do arquivo para que o licitante elabore sua proposta eletrônica.
 - c. O licitante que optar pela "Proposta Eletrônica", deverá entregar o arquivo preenchido eletronicamente, gravado em CD ou Pen Drive, juntamente com a Proposta impressa, que deverá constar do envelope 01 Proposta.
 - d. Em caso de divergência entre o conteúdo da proposta impressa e a cadastrada em sistema, prevalecerá a proposta impressa.

VI - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

- **6.1** A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:
 - a) nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual;
 - b) número do processo, processo licitatório e do Pregão;
 - c) descrição do objeto da presente licitação, com a indicação de marca ou origem, do produto cotado, se for o caso;
 - d) preço unitário e total, por item, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, com duas casas decimais, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;
 - e) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias.
- **6.2** Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

VII - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

7.1 - O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

7.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;



- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.
- 7.1.1.1 Os documentos relacionados neste item que tiverem sido apresentados no credenciamento deste Pregão, não precisarão constar do Envelope "Habilitação",

7.1.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;
- c.1) Deverá o licitante comprovar Regularidade perante o Estado Federado através de todas as Certidões emitidas pelo ente através de suas Secretarias e/ou Procuradorias, sendo imprescindível comprovação de regularidade fiscal condizente com objeto da licitação.
- c.2) Quando a Certidão emitida pelo Município sede não for conjunta, isto é, abranger os tributos mobiliários e imobiliários, deverá licitante comprovar através de certidão negativa ou equivalente na forma da lei a regularidade dos tributos mobiliários e imobiliários da sua sede.
- d) Certidão de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).



e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011).

7.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

7.1.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Registro ou inscrição na entidade profissional competente de Arquiteto de Software, que será o responsável pela solução técnica e implementação, o qual deverá ser o ponto focal em questões técnicas.
- b) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- c) Vínculo do responsável técnico com a empresa licitante nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

7.1.5 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

- a) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento para licitar ou contratar com a Administração. (Anexo V)
- b) Declaração de que recebeu todos os documentos, e tomou conhecimentos de todas as informações e condições locais para o integral e efetivo cumprimento de suas obrigações. (Anexo IV)
- c) Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo maior de quatorze anos, na condição de aprendiz, nos termos do Decreto 4.358 de 05.09.2002 que disciplinou o inciso V, do artigo 27, da Lei 8.666/93(Anexo VI).



7.2 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

7.2.1 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

VIII - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

- **8.1** No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.
- **8.2** Para o respectivo credenciamento, os licitantes entregarão ao Pregoeiro a documentação e os envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.
- **8.3** Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por conseqüência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.
- **8.4** A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:
 - a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
 - b) que apresentem valor baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
 - c) ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.
- **8.5** No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.
 - a) seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;
 - b) não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
- 8.6 Para efeito de seleção será considerado o preço unitário do item.
- **8.7** O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.



- 8.7.1 A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- 8.8 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances de R\$ 10,00 (Dez reais), aplicável inclusive em relação ao primeiro. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o preço unitário do item.
- **8.9** A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- **8.10** Após a etapa de lances serão classificadas as propostas selecionadas, na ordem crescente dos valores.
- **8.11** O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.
- **8.12** Após a negociação se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
 - 8.12.1 A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião da abertura do respectivo processo.
- **8.13** Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.
- **8.14** Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:
 - a) substituição e apresentação de documentos, ou;
 - b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.
 - 8.14.1 A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.
 - 8.14.2 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.
- **8.15** Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
- **8.16** Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subseqüente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a



apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

IX — DA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

9.1. Documentação:

- 9.1.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, optantes pelo Simples Nacional, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, artigo 43 da LC n.º 123/06.
- 9.1.2. § 1º Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 9.1.3. A não regularização da documentação neste prazo implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.2. Julgamento:

- 9.2.1. No caso de absoluta igualdade de condições entre 02 (duas) ou mais Propostas de Preços serão asseguradas a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte nos termos da LC nº 123/06 e LC 147/14.
- 9.2.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte, optantes pelo Simples Nacional, sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 9.2.3. Para efeito do disposto no item anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma, artigo 45 da LC n.º 123/06:
- 9.2.3.1. a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de menor preço àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- 9.2.4.2. não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da LC nº 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 9.2.4.3. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da LC nº 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



- 9.2.4.4. no caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 9.2.4.5. O julgamento que trata o \S 3º acima mencionado, será efetuado a cada item.

X - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.

- 10.1 No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 10.2 A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- 10.3 Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.
- 10.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.
- 10.5 O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.6 Só serão aceitos recursos e/ou contra razões protocolados na Secretaria da Prefeitura Municipal, localizada à Rua Vereador Juvenal leme Mourão, 770, Centro de Santa Cruz da Conceição / SP, ou ainda encaminhadas via correios, desde que entregues dentro do prazo estipulado para recurso/contra razão, não sendo aceitos documentos enviados por e_mail.

XI - DA CONTRATAÇÃO

- 11.1 A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante Nota de Empenho.
 - 11.1.1 Se, por ocasião da emissão da Nota de Empenho, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e



anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

- 11.1.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem 1.1 deste item XII, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 11.2 Quando a Licitante vencedora, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular ou se recusar a assinar o respectiva Ata ou retirar/receber o instrumento equivalente, ficará sujeita às penalidades previstas, bem como serão convocadas as demais licitantes classificadas, para participar de nova sessão pública do Pregão, com vistas à celebração da contratação.

XII – DOS PRAZOS E CONDICÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- **12.1.** Os serviços que estiver em desconformidade com o edital, violados e ou em estado estranho de conservação e apresentação deverão ser reparados em sua totalidade, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.
- **12.2.** A empresa licitante se responsabilizará pela origem e qualidade dos serviços e além do transporte, carga, descarga e entrega do objeto.
- 12.3. O objeto a ser entregue devera atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial.
- **12.4.** Os serviços devem estar funcionando corretamente e em perfeito funcionamento.
- 12.5. Os softwares devem ser atualizados, compatível com equipamentos que não estejam fora de linha de produção dos fabricantes na data da realização da licitação, bem como na data de assinatura do contrato.
- 12.6. Após a entrega, o contratante disporá de um período de até 5 (cinco) dias úteis para testes, quando, então, verificará se os serviços atendem completamente todos os quesitos e condições do Contrato, compreendendo a comprovação do seu perfeito funcionamento e verificação, bem como, se a marca e modelo correspondem àquelas discriminadas na proposta.
- 12.7. Em hipótese alguma será aceito objeto em desacordo com o edital.
- 12.8. As entregas deverão ser realizadas de Segunda-Feira a Sexta-Feira, exceto Feriados e Ponto Facultativo, das 08:00 ás 15:30, na Estaçãod e



Tratamento de Esgoto - ETE - Rodovia Gumercindo Brull, KM 01 Chácara Jatobá – Santa Cruz da Conceição, telefone (19) 99788-4281.

- 12.9. A empresa vencedora do certame, deverá fornecer os materiais garantia mínima a contar da entrega do objeto, bem como todos os manuais e licenças conforme determina termo de referência que faz parte integrante do presente edital.
- 12.10. A entrega dos serviços deverá ser efetuada em 30 (trinta) dias a contar da emissão do pedido de entrega, e deverá ser acompanhados das respectivas Notas Fiscais/Faturas, com os devidos atestes do responsável pelo acompanhamento.
- 12.12. A nota fiscal deverá ser enviada impreterivelmente para o e-mail nfe@santacruzdaconceicao.sp.gov.br

XIII – DA FORMA DE PAGAMENTO

- 13.1 O pagamento das despesas decorrentes da presente licitação será efetuada pelo município em até 30 (trinta) dias e ou até a liberação do convênio, contados da data da entrega, execução e ou mensalmente para prestação de serviços, na forma de Boleto ou Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada, mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais/Faturas, com os devidos atestes do responsável pelo acompanhamento.
- 13.2 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação válida.
- 13.3 As despesas com a execução das aquisições deste processo serão suportadas pela dotação orçamentária que segue:

Ficha: 383

Unidade 012702 - Saneamento Básico

Categoria Econômica – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Materiais Permanentes Funcional Programática - 17.512.9521.1517.0000 Ampliação e Melhoria da ETE

Ficha: 384

Unidade 012702 - Saneamento Básico

Categoria Econômica – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Materiais Permanentes Funcional Programática - 17.512.9521.1517.0000 Ampliação e Melhoria da ETE

XIV - DO REAJUSTE(art. 40, inc. XI)

14.1 Os preços ofertados não sofrerão qualquer reajuste e somente poderão ser revisados na hipótese de ocorrência de fatos imprevisíveis de consequências



incalculáveis, devidamente comprovados através de planilhas de custos, nota Fiscais e outros documentos que justifiquem o desequilíbrio.

XV - DA GARANTIA CONTRATUAL

15.1 Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 16.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada à igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- **16.2** Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes.
 - 16.2.1 As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.
- 16.3 Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes que desejarem.
- **16.4** Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada na Prefeitura Municipal até 30 dias após sua entrega, após o referido prazo, o mesmo será descartado.
- **16.5** Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.
 - 16.5.1 A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de até 1 dia útil, anterior à data fixada para recebimento das propostas.
 - 16.5.2 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
 - 16.5.3 No caso de impugnação deverá ser feito mediante documento elaborado em papel timbrado do impugnante, contendo todos os dados inclusive contato do mesmo, devendo ser protocolado na sede da Prefeitura Municipal, não sendo aceito impugnações via e-mails.
- 16.6 Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.
- 16.7 Integra o presente Edital:
 - Anexo I Relação dos materiais;
 - Anexo II Declaração de cumprimento dos plenos atendimentos dos requisitos de habilitação;
 - Anexo III Declaração de enquadramento na Lei de ME EPP;



Anexo IV - Declaração de inexistência de fatos impeditivos;

Anexo V - Declaração de que tomou conhecimento das exigências editalícias

Anexo VI - Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo maior de quatorze anos, na condição de aprendiz

16.8 Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de três dias para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que os inabilitaram ou desclassificaram.

16.9 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no D.O.E. de 18 de julho de 2002.

16.10 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Leme do Estado de São Paulo.

Santa Cruz da Conceição, 07 de Novembro de 2018.

PATRÍCIA CAPODIFOGLIO LANDGRAF Prefeita Municipal



ANEXO I

Pregão Presencial nº 060/2018

Processo Licitatório nº 082/2018

Processo Administrativo nº 203/2018

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1. Pregão Presencial para a Contratação de empresa para o desenvolvimento e instalação de softwares para a Estação de Tratamento de Esgoto do Município de Santa Cruz da Conceição.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A aquisição desse serviço visa atender o processo 168/2018 – FEHIDRO. Os serviços solicitados proporcionarão um funcionamento contínuo, seguro, confiável e controle dos equipamentos da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) do Município de Santa Cruz da Conceição.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

- **3.1.** Deverão ser desenvolvidos softwares para controladores lógicos programáveis existentes, considerando as rotinas utilizadas atualmente e, que serão interligados aos respectivos sistemas de supervisão e gerenciamento. ;
- **3.2.** O sistema desenvolvido deverá atender os seguintes itens:
 - 3.2.1 Ativação de 2 sensores de oxigênio dissolvido;
 - 3.2.2 Ativação de 2 medidores de vazão ultrassônicos;
 - 3.2.3 Ativação de 2 aeradores submersíveis;
 - 3.2.4 Ativação de 1 bomba reauto escorvante;
- **3.3.** A malha de comunicação existente é composta por pares metálicos e sistemas de rádios, sendo que a latência deverá ser considerada nos desenvolvimentos;
- **3.4.** Os softwares em questão deverão ser compatíveis com os equipamentos, instrumentos de medição e controladores lógicos programáveis existentes.



- **3.5.** Componentes de terceiros, tais como sensores, transmissores, inversores, entre outros, relacionados com a operacionalização dos sistemas deverão ser integrados aos mesmos, sem cobranças adicionais;
- **3.6.** Disponibilização de todo o ferramental necessário para realização das atividades de diagnósticos e reparos nos componentes citados acima
- **3.7.** Todas as licenças de operação e programação deverão ser fornecidas após a execução;
- **3.8** A empresa deverá apresentar toda documentação relativa à Saúde e Segurança do Trabalho, LTCAT, PPRA, NR10, NR35 dos técnicos que realizarão a implantação dos serviços.

4. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA RELATIVA AO OBJETO:

- **4.1.** O Fornecedor deverá fornecer 1 (um) conjunto completo (físico ou digital) de manuais técnicos que compõe a solução, após a execução dos serviços;
- **4.2.** Os manuais poderão estar condensados em um único volume, bem como ser apresentados de forma eletrônica;

5. CONDIÇÕES DE ENTREGA/TRANSPORTE/ARMAZENAMENTO E RECEBIMENTO.

5.1. O Fornecedor deverá:

- 5.1.1 Prover recursos de pessoal técnico apto a realizar os serviços de instalação, configuração, ativação e treinamento da solução nos ambientes operacionais descritos anteriormente;
- 5.1.2 Indicar as atualizações necessárias aos ambientes operacionais descritos anteriormente para que a solução seja suportada e configurada;
- 5.1.3 Desenhar um caminho de migração da atual solução de gerenciamento e automação existente para a solução proposta;
- 5.1.4 Ofertar o pacote de treinamento da solução para 03 funcionários da Prefeitura. Este treinamento deverá ser ministrado nas dependências da mesma;
- 5.1.5 Designar um representante para atuar como Gerente de Projeto, o qual centralizará todos os contatos, controles e procedimentos, decorrentes das atividades de instalação, configuração, treinamento e implementação da solução;



5.1.6 Apresentar arquiteto de software, que será o responsável pela solução técnica e implementação, o qual deverá ser o ponto focal em questões técnicas;

6 - PRAZO DE INÍCIO DOS SERVIÇOS

6.1 O serviços deverão ser iniciados em um prazo máximo de 15 dias, após a comunicação de início, enviada por meio eletrônico pela Contratante.

7. PRAZO DE ENTREGA

7.1 Os serviços deverão ser executados em um prazo máximo de até 30 dias, após o início.

8. LOCAL DA ENTREGA

- **8.1** Os serviços deverão ser realizados na Estação de Tratamento de Esgoto (E.T.E), localizada na Rodovia Gumercindo Brunn, KM 01, Chácara Jatobá, Zona Rural no Município de Santa Cruz da Conceição.
- **8.2** Os serviços devem ser realizados de Segunda-Feira a Sexta-Feira, exceto Feriados e Ponto Facultativo das 08:00 ás 15:30.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA / FINANCEIRA

9.1 Os Recursos para execução do objeto deverão ser suportados por verbas orçamentárias de convênio com o FEHIDRO - processo 168/2018.

10 – DA VISITA TÉCNICA PARA OS SERVIÇOS.

- **10.1** As empresas participantes do certame poderão agendar uma visita técnica no local da realização dos serviços, devendo a mesma ocorrer em uma prazo de 02 (dois) dias uteis antes da data da realização do Pregão Presencial.
- **10.2** Os agendamentos devem ser feitos através do telefone (19) 99788-4281, com o Sr. Matheus.
- O Acompanhamento dos serviços, bem como a verificação da qualidade do mesmo será acompanhado pelo Chefe do Setor de Água e Esgoto o Sr. Matheus Alberto Schwenger Landgraf.



ANEXO II

Pregão Presencial nº 060/2018

Processo Licitatório nº 082/2018

Processo Administrativo nº 203/2018

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

			(1	NOME DA
EMPRESA),	CNPJ	Nº		,
sediada			(endereço	completo),
declara, so	b as penas da lei,	que cumpre p	plenamente os re	equisitos de
habilitação a	itravés dos documento	os integrantes de	os envelopes "B",	sob pena de
sujeição às	penalidades previ	stas instrumen	to convocatório	do Pregão
Presencial n	º 060/2018.			
	1		1. 0010	
	,Q	e	de 2018.	

Nome e assinatura do representante legal da empresa



ANEXO III

Pregão Presencial nº 060/2018 Processo Licitatório nº 082/2018 Processo Administrativo nº 203/2018

(Minuta de declaração de que estão enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06)

Decl	aração d	e enqua	drament	o como i	microempr	esa ou en	npresa	de peq	ueno po	orte.
A									_(nome	da
licita	inte), qu	alificad	a como	microen	npresa (ou	empresa	de pe	equeno	porte)	por
seu	repres	entante	legal	(doc.	Anexo),	inscrita	no	CNPJ	sob	nº
				,con	1		sede			à
					ue preten da assina					
no c	ritério d	le deser	npate q	uando do	o julgamei	nto das p	roposta	as, nos	termo	s da
	Complen 2014.	nentar n	.º 123, d	le 14 de	dezembro	o de 2006	i e Lei	Compl	ementa	ır n°
Send	lo expre	ssão da	verdade	e, subscr	evo-me.					
				,de		de	e 2018.			
Nom	e e assi	natura d	o repres	sentante	legal da e	empresa				



ANEXO IV

Pregão Presencial nº 060/2018

Processo Licitatório nº 082/2018

Processo Administrativo nº 203/2018

DECLARAÇÃO

DECLARO,	para	os	devidos	fins	que	a	licitante
			······································	cadastrada	no	CNF	PJ n°
		,	tendo	como	represe	ntante	legal
			, RG n°			,	recebeu
todos os dod	cumentos,	e tom	ou conheci	imentos de	todas as	s inforn	nações e
condições loc	ais para d	o integra	al e efetivo	cumprimen	to de sua	as obrig	ações da
Pregão Presei	ncial n° 06	60/2018	•				
			1.		1. 0010		
		,	de	(ie 2018.		
N T .	. 1		1	1			
Nome e assina	atura do r	epresen	tante legal	da empresa			



ANEXO V

Pregão Presencial nº 060/2018

Processo Licitatório nº 082/2018

Processo Administrativo nº 203/2018

<u>DECLARAÇÃO</u>

	DECLARO,	sob	as	penas	da	Lei,	que	não	há	qualq	uer	fato
impeditivo	capaz	de	O	bstar	a	h	abilit	ação		da	lic	itante
					cad	astra	da	no		CNPJ		n°
		,		tendo		como		repre	esen	tante		legal
				_, RG n	o					,	ou	ainda
a impedir su	ıa participaçã	ío em	cer	tames li	icitat	órios						
Sendo expre	essão da verd	dade,	sub	screvo-	me.							
		,		de			de	e 2018	8.			
Nome e ass	inatura do re	prese	ntar	nte legal	l da	empr	esa					



ANEXO VI

Pregão Presencial nº 060/2018

Processo Licitatório nº 082/2018

Processo Administrativo nº 203/2018

DECLARAÇÃO item 7.1.5 "c"

DECLARAÇÃO
menor de dezesseis anos, salvo maior de quatorze anos, na condição de seu arepresentante, inscrito no CNPJ n°, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade no
(data)
(representante legal)